

### 3

#### *Discurso na cerimônia de assinatura do contrato de concessão do serviço móvel celular Banda B*

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 2 DE JULHO DE 1997

*Senhor Ministro Sérgio Motta; Ministro Luis Carlos Santos; Senhores Líderes que nos dão a honra de nos fazer companhia nesta manhã; Senhores Senadores, Deputados; Representantes da Americel: Senhoras e Senhores,*

Realmente, serei brevíssimo. Depois do discurso do nosso Ministro das Comunicações, eu acho que não há o que acrescentar no que diz respeito, especificamente, à área de telecomunicações e ao significado deste evento, deste contrato que estamos assinando.

Eu queria apenas agradecer. Agradecer a ação do Ministro, do Ministério, dos técnicos, que ele mesmo já mencionou, a compreensão da sociedade e, sobretudo, o papel do Congresso Nacional. Agradecer àqueles que estão aqui representando o Congresso, Câmara e Senado. Os que não têm experiência legislativa não podem imaginar o que isto tem de significado: não só é a primeira aprovação de uma lei que permitiu que houvesse, como está havendo agora, a concessão de serviços públicos na Banda B, mas é uma verdadeira revolução, já o disse o Ministro Motta, no que diz respeito à lei geral de telecomunicações.

Aqui está presente o relator, Deputado Alberto Goldman, cujo trabalho persistente permitiu que se levasse adiante o projeto das telecomunicações. Está presente o Presidente da Comissão, o Deputado Paulo Bornhausen, estão presentes muitos dos que aqui ajudaram, diuturnamente, na elaboração dessa nova lei que agora está no Senado. E tenho certeza de que o Senado também agirá com a mesma proficiência e com a mesma velocidade com que agiu a Câmara.

Por isso, acho que é meu dever, como Presidente da República, registrar não só o trabalho do Ministério, como o trabalho do Congresso. E isto é que eu acho importante no que está acontecendo no Brasil. Nós estamos tomando decisões que dizem respeito ao conjunto da sociedade. Eu creio que não estamos apenas tratando de modificar alguns aspectos do Estado e alguns aspectos do mercado. Nós estamos, realmente, criando uma nova sociedade. Esse “nós” não sou eu, não é o Governo: é o Brasil mesmo, é o conjunto da população brasileira que está se reorganizando de modo a enfrentar os desafios que estão postos à nossa frente.

Não preciso repetir o que tenho dito nesses últimos dias sobre essa matéria, mas me apraz verificar, concretamente, aqui, agora, o que está acontecendo num setor específico, que é o reflexo dessa mudança geral.

Daqui para frente, os consumidores serão cada vez mais exigentes – é bom que se saiba disso –, com a sociedade cada vez mais atenta às formas de regulamentação. Daí a importância dessas novas agências regulamentadoras, que dizem respeito a uma reconstrução do aparelho do Estado brasileiro – reconstrução não para diluí-lo, não para que ele perca a sua importância, mas para que ele possa ter importância no novo mundo que está sendo vivido pelo Brasil. Exigências pesarão enormemente sobre os novos responsáveis pelas telecomunicações, no duplo aspecto: internamente, pela capacidade técnica que demonstrarão; e, também, no que diz respeito às contas que continuarão a prestar à sociedade. No caso específico, como se trata de uma empresa em que há uma participação grande de fundos de pensão, todos os procedimentos serão crescentemente abertos, para serem verificados por aqueles que serão os beneficiários finais desse processo todo – no que diz

respeito à lucratividade –, que são os milhares de “acionistas” dos fundos de pensão.

É um novo momento da sociedade brasileira. O Ministro Motta disse, várias vezes aí, que os procedimentos são transparentes. Não pode ser de outra forma. Não pode ser de outra forma porque isso, hoje, é uma exigência cotidiana do Brasil. Se não fossem transparentes, não só os fotógrafos, que já vão deixar transparecer tudo, como também a mídia em geral transformariam em alguma coisa pública aquilo que, eventualmente, pudesse ser pensado inicialmente como alguma coisa discreta.

Nós vivemos um grande momento do Brasil, que é, precisamente, este de nós estarmos nos habituando a uma sociedade que presta contas o tempo todo, uma sociedade que cobra contas o tempo todo, e um governo que presta contas incessantemente; e, agora, empresas que prestarão, crescentemente, contas também, porque, no mundo moderno, a empresa deixa de ser estatal ou privada, todas têm que ser crescentemente públicas, todas têm que dar, crescentemente, atenção a um conjunto mais amplo de cidadãos do que, pura e simplesmente, o daqueles que detêm, eventualmente, o controle acionário da empresa.

Tudo isso só nos anima, e nos anima realmente, porque percebemos que existe uma aprovação crescente do Brasil por esse novo caminho que nós estamos percorrendo. Acho que, daqui para frente, o que for sendo paulatinamente feito pelo Governo, pelo Congresso, regulado pelo Judiciário, criticado e controlado pela imprensa cada vez mais vai aparecer. Nós estamos no começo de uma colheita de muito que foi implantado já. Dentro de poucos dias, vamos ter outros contratos, eu espero, na Banda B, e chegará o momento da Banda A, das telecomunicações, a questão da Embratel. Enfim, nós vamos progressivamente transformar isso. E o Ministro falou em cifras que me deixaram, realmente, bastante animado. Ainda bem que eu olhei em volta e não vi ninguém do Tesouro para pegar depressa esse dinheiro, que são 40 bilhões. Não sei se chegará a tanto, mas o Tesouro sabe usá-lo bem. Não sei se chegará a tanto, mas de qualquer maneira são cifras muito expressivas.

E, para finalizar, eu queria lhes dizer que isso tudo permite que se veja que nas nossas transformações, no Brasil, nós temos meios para

avançar. Quem imagina que o Estado brasileiro esteja numa posição de *corner*, no que diz respeito às questões financeiras e fiscais, se equivoca. Basta ter competência. A administração tem competência e tem probidade, e capacidade de prever, para que nós possamos mobilizar muitos recursos de que o Governo dispõe, de que o Estado dispõe. E mobilizar esses recursos da melhor maneira possível. E a melhor maneira possível significa diminuir progressivamente o nosso endividamento e criar condições de riqueza novas. É o que está acontecendo nessa matéria de telecomunicações.

Disse, também, o Ministro Motta, e é verdadeiro, que o Governo tomou decisões de tal modo que nós possamos atender à imensa demanda que haverá em função da privatização da Banda B e das subsequentes privatizações. Nós temos que produzir também equipamentos, temos que fazer uma política clara de investimentos competitivos, competir lá fora e aqui dentro, porque senão nós não teremos como manter o equilíbrio das nossas contas. Daí porque não só o BNDES, mas o conjunto do Governo está preparado para essa nova fase. E os dados iniciais são, realmente, promissores no que diz respeito ao investimento para fazer face às demandas de equipamentos que virão em função da extensão da Banda B.

E isso se verifica em vários setores da economia brasileira. Especificamente no setor de telecomunicações, possivelmente, para cada unidade investida diretamente aqui se multiplica por três ou quatro investimentos necessários para fazer frente às demandas que vão ocorrendo. Tudo isso indica um só caminho, que é o crescimento.

Eu não tenho nenhuma dúvida de que nós entramos numa fase, no Brasil, em que é crescer ou crescer, não existe outro caminho. Crescer ou crescer. Claro que tudo isso será feito com propriedade, para garantir aquilo que é fundamental, que é a estabilidade da moeda. Portanto, não se trata de um crescimento desatinado, que possa provocar mais adiante um gargalo e que nos leve a, eventualmente, ter que provocar uma recessão ou criar uma situação de dificuldade cambial ou, enfim, alguns fatores perturbadores. Mas nós temos o discernimento já instalado na máquina brasileira pública e privada, para que possamos ultra-

passar eventuais dificuldades provocadas pelo próprio crescimento. E boas dificuldades são aquelas que são provocadas pelo crescimento. Dificuldade ruim é a dificuldade gerada pela recessão, pela falta de horizonte, pela incapacidade de investir. Não é o nosso caso.

Por todas essas razões, fiz questão de assistir à assinatura deste contrato. Embora não seja o maior contrato no conjunto dos contratos que virão, ele foi o primeiro e tem um sentido simbólico. E tenho certeza de que os ganhadores contribuirão para que nós possamos seguir nesse caminho e corresponderão às expectativas, que são enormes, de todo o Brasil.

Muito obrigado aos senhores.

